



Fundação Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores

Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilíada

Diretoras

Ariane Leitão, Fátima Cleide

Diretores

Artur Henrique, Joaquim Soriano

Conselho Curador

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio, Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

Foto da capa: “Ato de funcionários públicos em Brasília, durante a greve nacional de junho de 1983”

Acervo Centro Sérgio Buarque de Hollanda - FPA

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

FPA Comunica 3

**Densidade sindical e recomposição da
classe trabalhadora no Brasil**

São Paulo, julho de 2013

1. Apresentação

Uma das bases fundamentais da organização e desenvolvimento dos partidos de esquerda desde o final do século 19 tem sido a classe trabalhadora. Por conta disso que a atuação sindical, compreendida por sua capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, geralmente expressa pela densidade de afiliados, resulta em importância estratégica a ser considerada.

Neste *FPA Comunica 3* apresenta-se brevemente os principais traços da evolução recente da sindicalização no Brasil. Ou seja, a análise da afiliação sindical no período em que o Brasil expandiu consideravelmente o nível de emprego, com significativa elevação do padrão de vida do conjunto da população.

Quatro são as partes constitutivas do presente *Comunica* da Fundação Perseu Abramo, conforme indicado a seguir:

- a primeira como indicação da trajetória recente da sindicalização em países selecionados no mundo;
- a segunda referente à evolução da densidade sindical segundo as características principais dos ocupados brasileiros;
- a terceira trata do movimento da afiliação sindical segundo características básicas dos postos de trabalho;
- a quarta evidencia alguns sinais de recomposição da classe trabalhadora no Brasil.

A produção deste terceiro *Comunica* que resulta da contribuição de uma das equipes de pesquisadores da FPA termina por antecipar pesquisas e estudos que se encontram em andamento. As informações utilizadas foram selecionadas com base nos dados originais gerados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 – Evolução recente da taxa de sindicalização em países selecionados

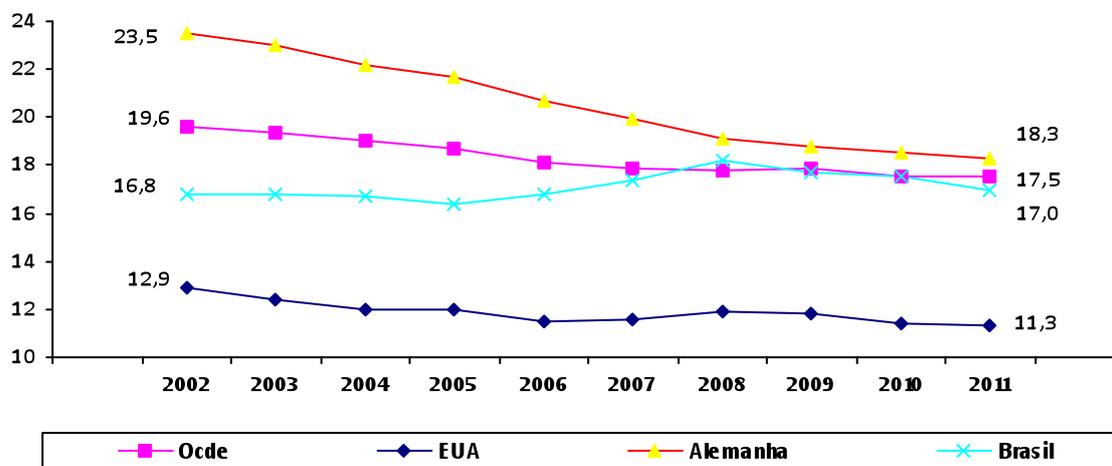
O ingresso no século 21 seguiu acompanhado pelo esvaziamento da densidade sindical entre os trabalhadores em parcela importante dos países. Especialmente entre aquelas nações que já registraram um passado de maior representatividade nas instituições de interesses laboral verifica-se rebaixamento da taxa de afiliação dos trabalhadores.

Na primeira década do século 21, a taxa de sindicalização caiu, por exemplo, 10,7% no conjunto dos países ricos que faz parte da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2011 foi 17,5% ante 19,6% no ano de 2002.

Na Alemanha, a queda na taxa de sindicalização foi ainda maior. Entre 2002 e 2011, a densidade sindical refluíu de 23,5% para 18,3%, o que equivaleu a redução de 22,1% na taxa de sindicalização dos trabalhadores alemães.

Nos Estados Unidos também houve queda na taxa de sindicalização, ainda que não tão significativa como na Alemanha. Para o período de 10 anos passados, a densidade sindical diminuiu 12,4%, passando de 12,9%, em 2002, para 11,3%, em 2011.

Gráfico 3
Evolução da taxa de sindicalização em países seleccionados entre 2002 e 2011 (em % dos ocupados)



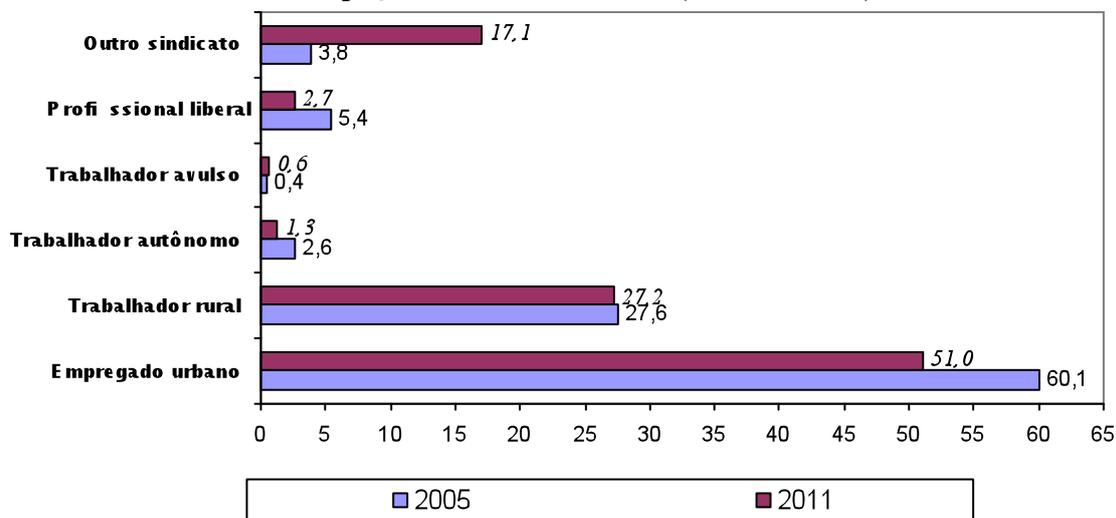
Fonte: OECD e FIBGE (Elaboração própria)

O Brasil, ao contrário, não registrou queda na densidade sindical, apresentando leve elevação de 1,8%. Em 2011 havia 17% dos ocupados sindicalizados, enquanto em 2002 a densidade sindical atingia a 16,8% dos trabalhadores.

3 – Densidade sindical recente segundo características dos ocupados

Ao se tomar como referência o período de 2005 e 2011, constata-se a geração de 13,4 milhões de novas ocupações no Brasil. Este total de postos de trabalho criados permitiu que 2,8 milhões de trabalhadores se filiassem em algum tipo de sindicato, com crescimento de 20,5% na quantidade de sindicalizados.

Gráfico 01: Brasil - evolução da composição da taxa de sindicalização segundo tipo de ocupação entre 2005 e 2011 (total = 100%)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

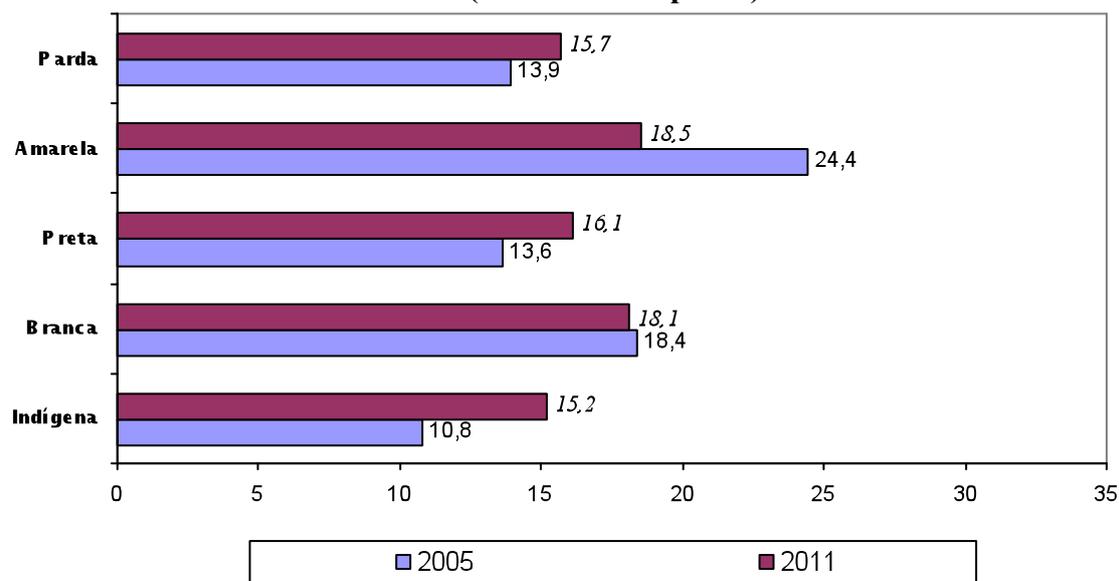
Em síntese, nota-se que para cada grupo de 10 novas ocupações abertas, 2 se tornaram sindicalizadas entre 2005 e 2011. O número de sindicalizados aumentou de 13,5 milhões de trabalhadores em 2005 (16,4% de taxa de sindicalização) para 16,2 milhões de pessoas em 2011 (17,0% de taxa de sindicalização).

Considerando a composição do conjunto dos trabalhadores sindicalizados, observam-se alterações importantes no período em observação. No ano de 2011, por exemplo, 78,2% de todos os sindicalizados eram empregados urbanos (51%) ou trabalhadores rurais (27,2%), ao passo que no ano de 2005 quase 88% dos ocupados com filiação possuíam emprego urbano (60,1%) ou trabalho rural (27,6%).

A redução de 10,8% no peso do total de sindicalizados entre 2005 e 2011 nas ocupações de empregados urbanos e trabalhadores rurais deve-se a outras formas de ocupação, entre elas a de terceirização. O peso relativo dos outros sindicatos passou de 3,8%, em 2005, para 17,1%, em 2011.

Outro aspecto relevante diz respeito à evolução da taxa de sindicalização segundo cor/raça. Isso porque entre os anos de 2005 e 2011, a taxa de sindicalização cresceu mais entre trabalhadores indígenas (40,7%), pretos (18,4%) e pardos (12,9%).

Gráfico 02: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo raça/cor entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



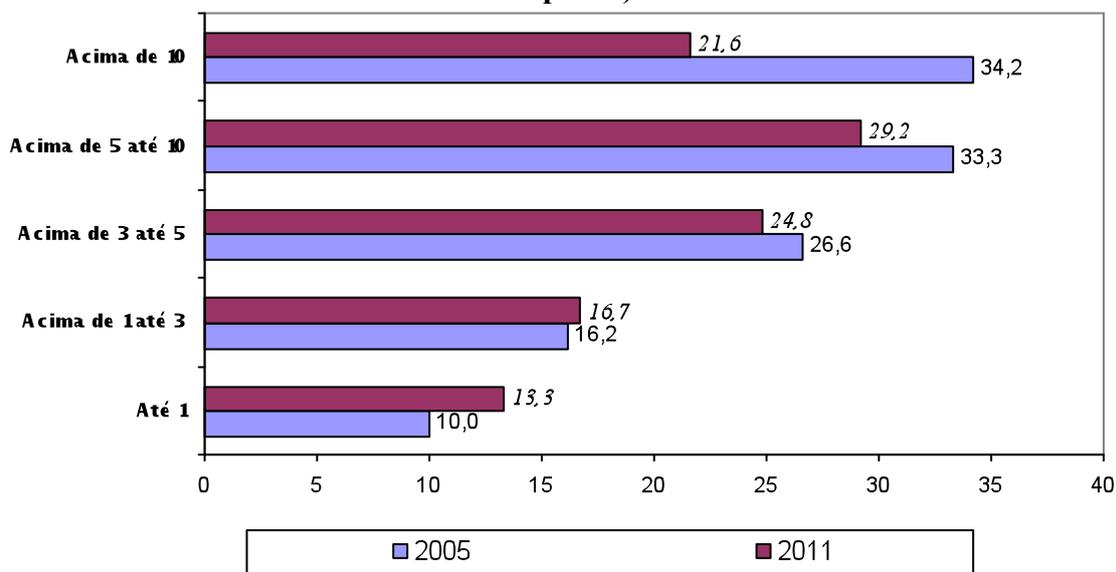
Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Para trabalhadores brancos, a taxa de sindicalização diminuiu 1,6% entre 2005 e 2011. No caso dos trabalhadores de cor amarela, a sindicalização decaiu 24,1% no mesmo período de tempo.

Quando se analisa a faixa de remuneração dos trabalhadores filiados, percebe-se que a taxa de sindicalização somente aumentou para os ocupados com remuneração de até 3 salários mínimos mensais. No segmento ocupacional de até 1 salário mínimo, a taxa de sindicalização subiu 33%, pois passou de 10% para 13,3% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo mensal entre 2005 e 2011.

Na faixa de rendimento dos ocupados de 1 a 3 salários mínimos, a taxa de sindicalização aumentou 3,1% no mesmo período de tempo. Ou seja, cresceu de 16,2% dos ocupados com remuneração entre 1 e 3 salários mínimos em 2005 para 16,7% em 2011.

Gráfico 03: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo faixa de remuneração em múltiplos de salário mínimo entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Para as faixas de remuneração acima de 3 salários mínimos mensais houve queda na taxa de sindicalização. A maior redução ocorreu para os ocupados sindicalizados como rendimento acima de 10 salários mínimos (36,8%), seguida da diminuição na taxa de sindicalização de 12,3% para trabalhadores na faixa de rendimento de 5 a 10 salários mínimos entre 2005 e 2011.

Na faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos mensais, a queda na taxa de sindicalização foi de 6,8%, enquanto entre 1 e 3 salários mínimos dos ocupados, a densidade sindical durante o mesmo período de tempo. De todos os intervalos de rendimento, a maior taxa de sindicalização entre os ocupados encontra-se na faixa de 5 a 10 salários mínimos, com 29,2% dos trabalhadores filiados ao sindicato.

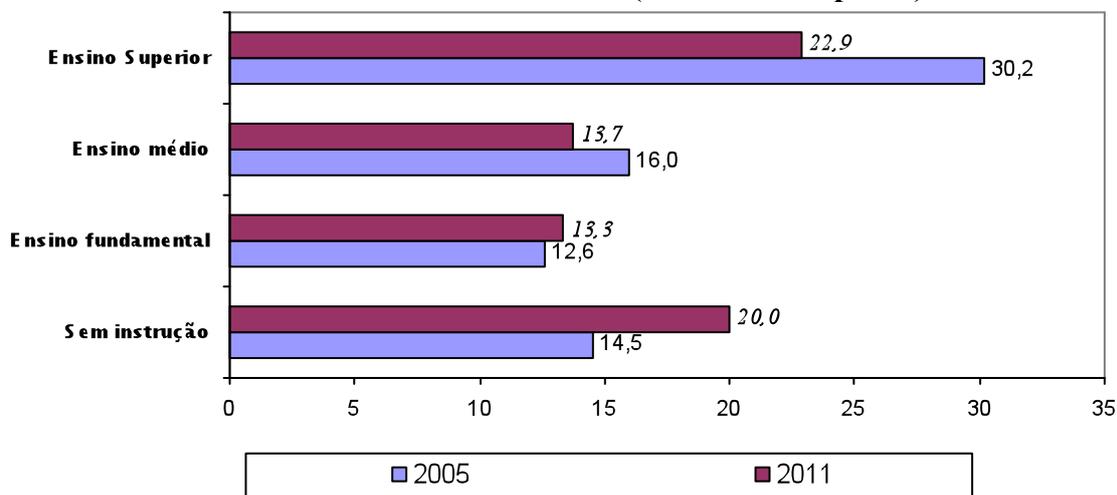
Também para o quesito de escolaridade dos ocupados podem ser observadas mudanças interessantes entre os anos de 2005 e 2011. A primeira no que diz respeito a elevação da taxa de sindicalização entre os trabalhadores de menor sindicalização.

No período em tela, a taxa de sindicalização entre os ocupados sem instrução subiu de 37,9%, passando de 14,5% para 20% dos trabalhadores. No mesmo sentido, a taxa de sindicalização aumentou 5,6% entre os ocupados com o ensino fundamental.

Para os trabalhadores com ensino médio, a taxa de sindicalização caiu 14,4%, pois passou de 16%, em 2005, para 13,7%, em 2011. Os ocupados com ensino superior, a queda na taxa de sindicalização foi de 24,2% no mesmo período de tempo.

Apesar disso, a maior taxa de sindicalização no Brasil encontra-se entre os trabalhadores de ensino superior.

Gráfico 04: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo nível de escolaridade entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)

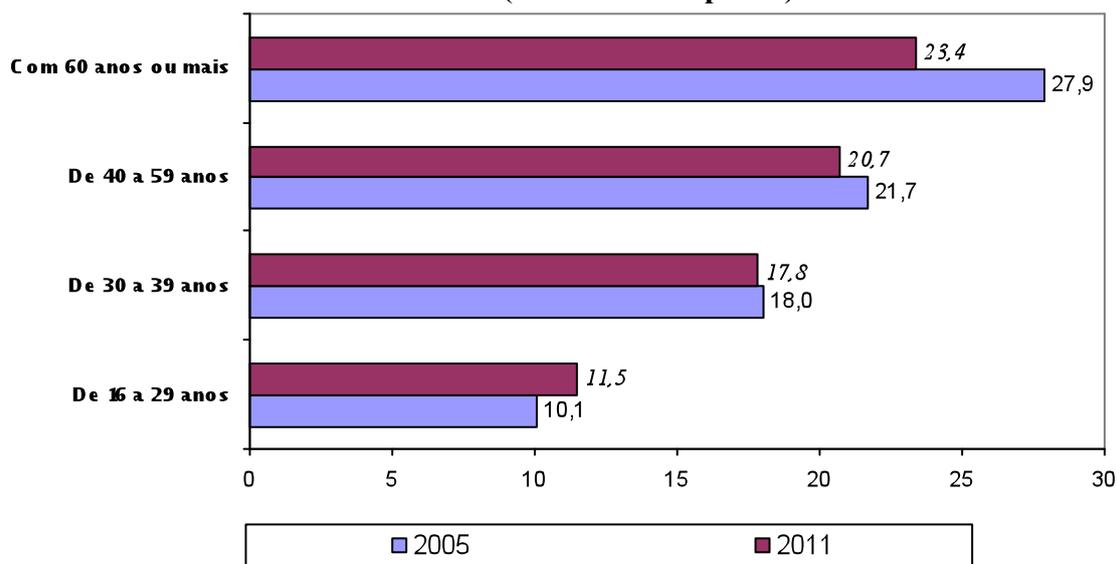


Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Conforme a faixa etária constata-se que a sindicalização somente aumentou (13,9%) para os ocupados entre 16 e 29 anos de idade. Entre 2002 e 2011, a taxa de sindicalização passou de 10,1% para 11,5%.

No segmento de 20 a 39 anos de idade, a taxa de sindicalização caiu 1,1% e entre os ocupados de 20 a 59 anos de idade ela decresceu 4,6%. Para os ocupados de mais de 60 anos de idade, a taxa de sindicalização diminuiu 16,1% entre 2005 e 2011.

Gráfico 05: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo faixa etária entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)

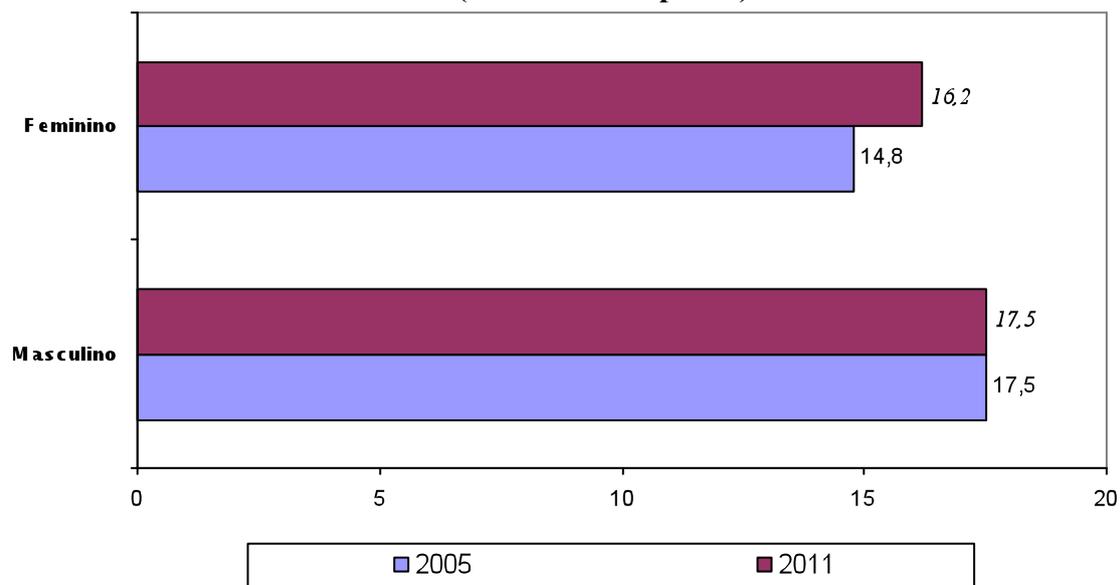


Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Mesmo assim, a maior taxa de sindicalização no Brasil ocorre para os ocupados com mais de 60 anos de idade. A menor densidade sindical verifica-se entre os jovens com menos de 29 anos de idade.

Ao se relacionar a taxa de sindicalização conforme o sexo dos ocupados constata-se que somente entre as mulheres é que houve elevação na taxa de sindicalização. Em 2011, a taxa de sindicalização feminina entre os ocupados foi de 16,2% ante 14,8% em 2005. Ou seja, uma elevação de 9,5%.

Gráfico 06: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo sexo entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

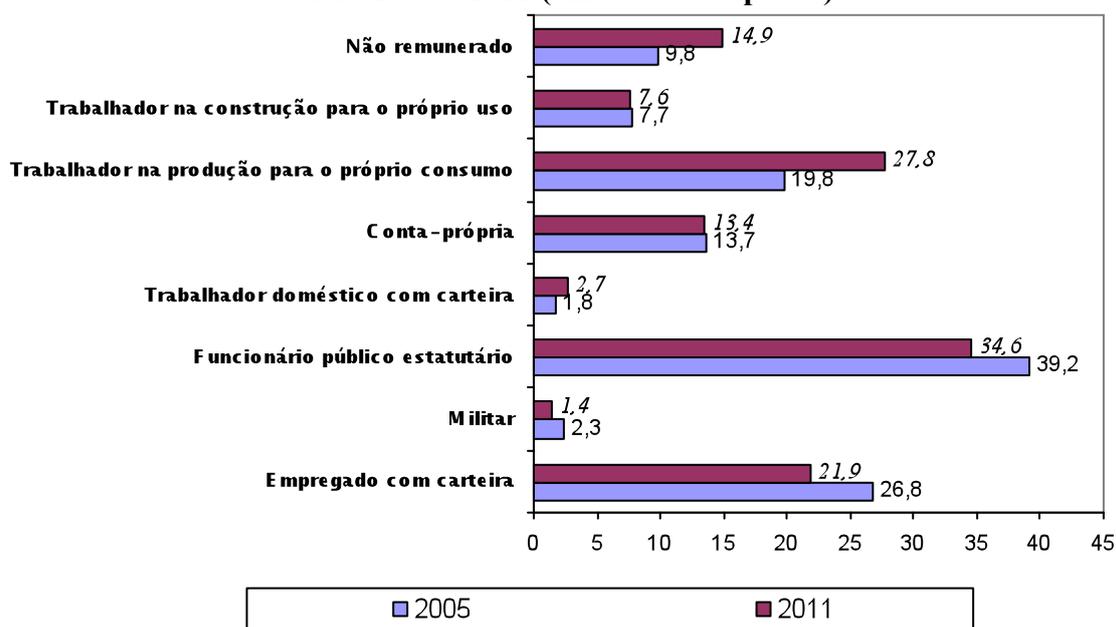
Entre os homens ocupados, a taxa de sindicalização manteve-se estabilizada em 17,5% tanto em 2005 e 2011. Não obstante o aumento na sindicalização feminina, ela ainda encontra-se 7,4% abaixo da densidade sindical masculina.

4 – Densidade sindical segundo características dos postos de trabalho

Mais uma dimensão da taxa de sindicalização pode ser observada por meio do tipo de ocupação. Entre 2005 e 2011, por exemplo, as ocupações de empregado formal (18,3%), de militar (39,1%), de funcionário público (11,7%) e de conta própria (2,2%) reduziram a taxa de sindicalização.

Em contraposição, as ocupações que elevaram a taxa de sindicalização entre 2005 e 2011 foram a do trabalhador na produção para o próprio consumo (40,4%), a do ocupado não remunerado (52,0%) e de doméstico (50,0%). De todas as ocupações, a do funcionário público é a que registra a maior taxa de sindicalização.

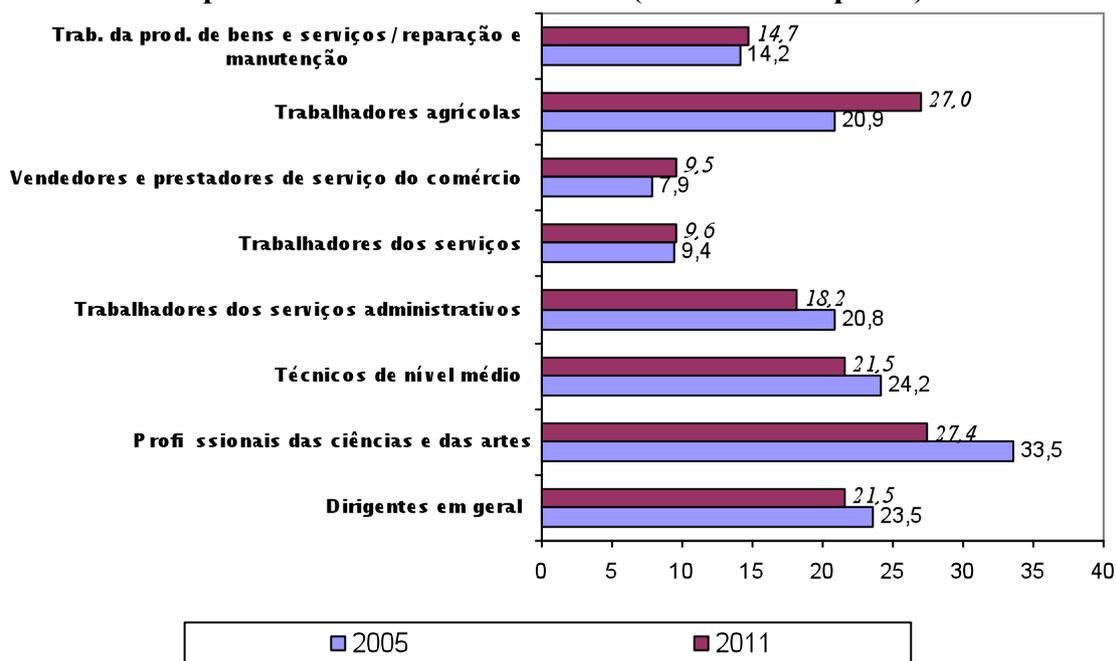
Gráfico 07: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo tipo de ocupação entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

No caso da agregação de profissões pode-se chegar à taxa de sindicalização no ano de 2011 e compará-la com a do ano de 2005. Entre os dois anos considerados, a taxa de sindicalização aumentou para os seguintes agregados de profissões: de ciência e artes (18,2%), trabalhadores dos serviços administrativos (12,5%), técnicos de nível médio (11,1%) e dirigentes em geral (8,5%).

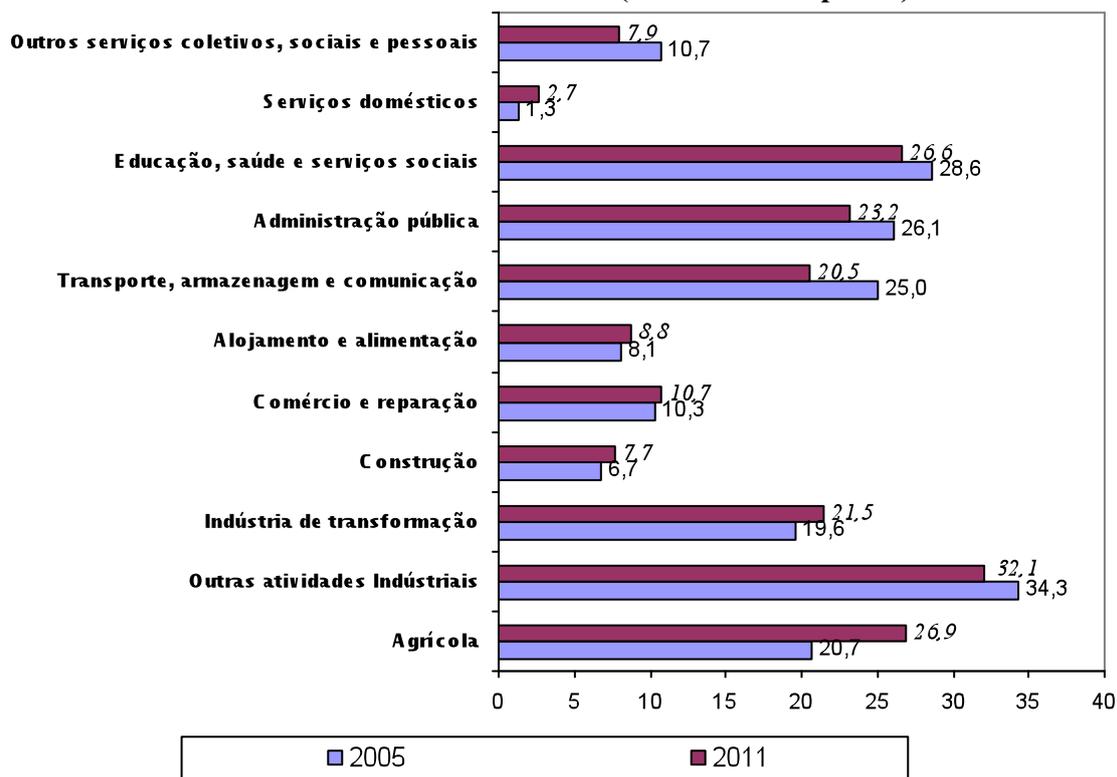
Gráfico 08: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo agrupamentos profissionais entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Os agregados profissionais com elevação na taxa de sindicalização entre 2005 e 2011 foram: trabalhadores de serviços (2,1%) e de bens e serviços/ reparação e manutenção (3,5%), vendedores e prestadores de serviços do comércio (20,2%) e trabalhadores agrícolas (29,2%). De todos os agregados profissionais, os profissionais das ciências e das artes e trabalhadores agrícolas apresentaram as maiores taxas de sindicalização em 2011.

Gráfico 09: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo setor de atividade econômica entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)

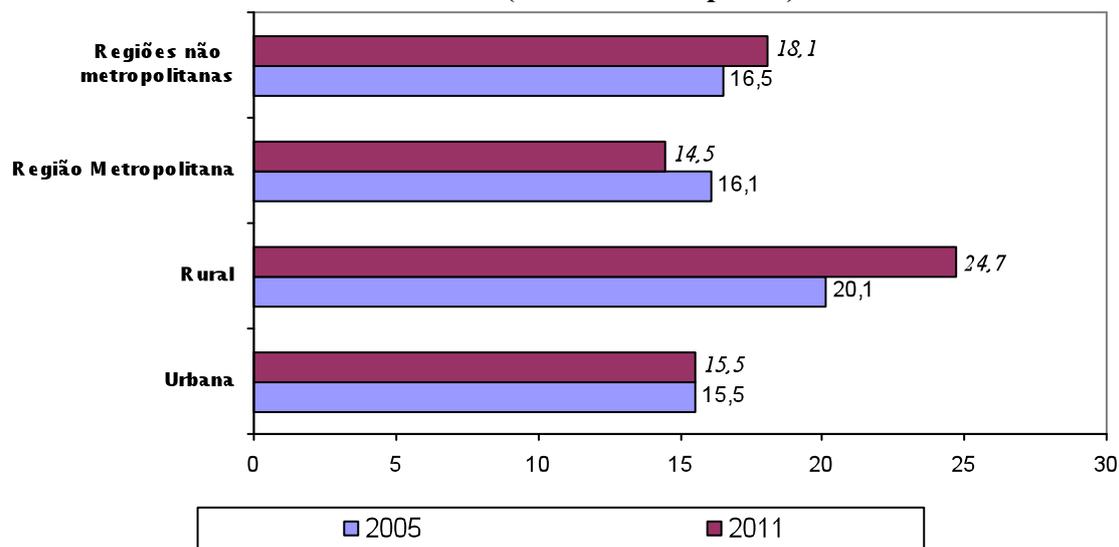


Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

Tomando referência os ocupados por setor de atividade econômica, nota-se que a evolução da taxa de sindicalização entre 2005 e 2011 ocorreu de forma desigual. Os ocupados com queda na taxa de sindicalização foram nos seguintes setores econômicos: nas indústrias (6,4%), que não da manufatura, no transporte, armazenagem e comunicação (18,0%), na administração pública (11,1%), na educação, saúde e serviços sociais (7,0%) e outros serviços coletivos e pessoais (26,2%).

Por outro lado, os setores econômicos com elevação na taxa de sindicalização dos ocupados no mesmo período de tempo foram: agrícola (29,9%), indústria de transformação (9,7%), construção (14,9%), comércio e reparação (3,9%), alojamento e reparação (8,6%) e serviços domésticos (107,7%).

Gráfico 10: Brasil - evolução da taxa de sindicalização segundo tipo de região entre 2005 e 2011 (em % dos ocupados)



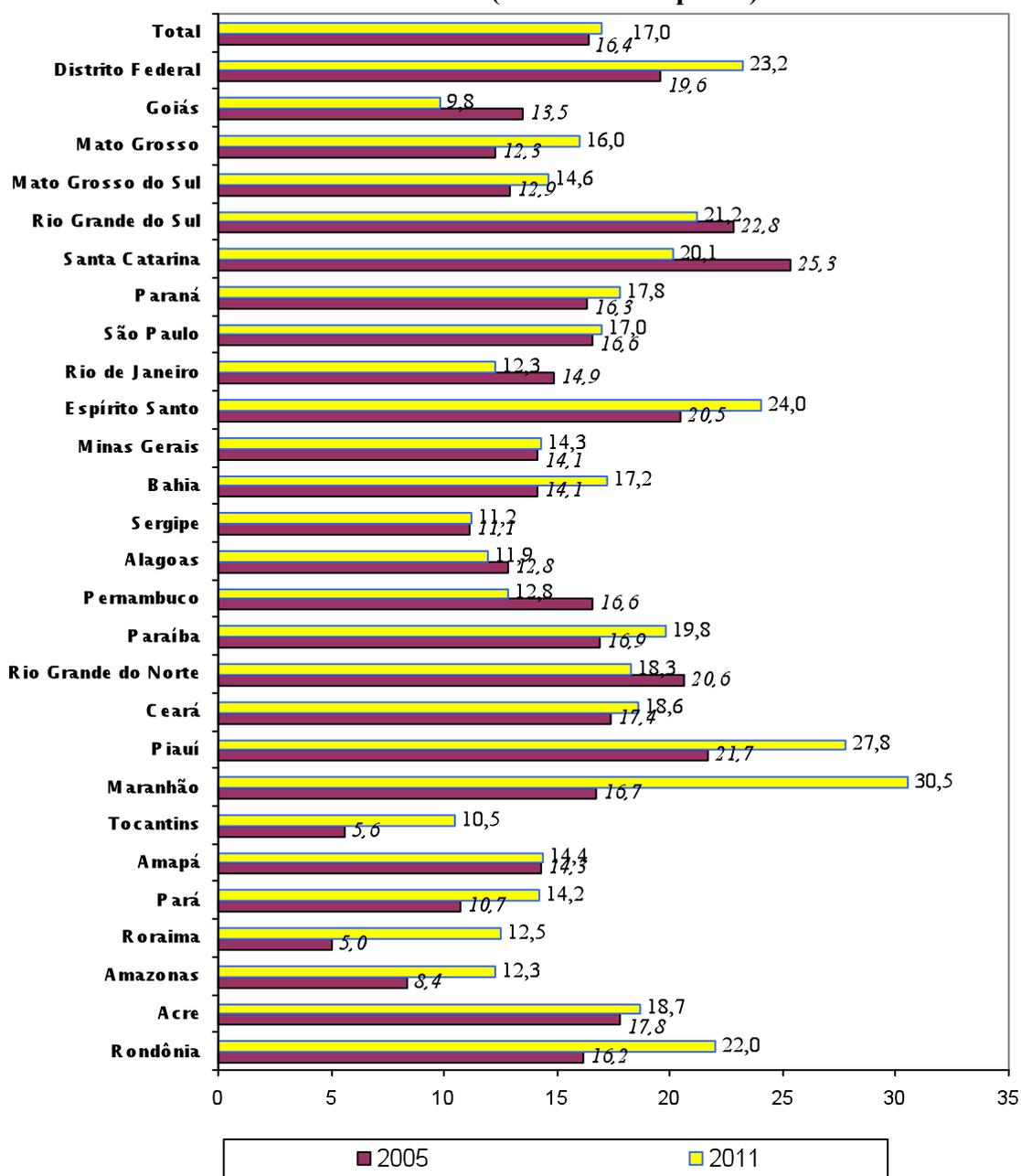
Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

A evolução da densidade sindical entre 2005 e 2011 cresceu entre os ocupados nas regiões rurais do país em 22,9%, enquanto no meio urbano não houve alteração. No entanto, entre as áreas urbanas, percebe-se que naquelas consideradas regiões metropolitanas apresentaram queda de 9,9% na taxa de sindicalização dos ocupados, ao contrário das regiões não metropolitanas que acusaram aumento na densidade sindical (9,7%) no mesmo período de tempo.

A taxa de sindicalização dos ocupados sofreu importante modificação entre os estados da federação na comparação dos anos de 2005 e 2011. Os estados que apresentaram os principais aumentos na densidade sindical foram Roraima (150,0%), seguido de Tocantins (87,5%) e Maranhão (82,6%).

Já os estados com maiores quedas nas taxas de sindicalização entre os ocupados entre 2005 e 2011 Goiás (27,4%), Pernambuco (22,9%) e Santa Catarina (20,6%). No ano de 2011, o estado do Maranhão foi o que apresentou a maior taxa de sindicalização entre os ocupados (30,5%) e Piauí (27,8%), enquanto os estados de Goiás (9,8%) e Tocantins (10,5%) registraram os menores indicadores de densidade sindical.

Gráfico 11: Brasil - evolução da taxa de sindicalização nos estados da federação entre 2005 e 2011(em % dos ocupados)



Fonte: IBGE - Pnad (elaboração própria)

5 – Sinais de recomposição da classe trabalhadora

O comportamento recente da sindicalização no Brasil reflete, em parte, mudanças importantes em curso no interior das classes trabalhadoras. A acentuada geração de ocupações cada vez mais concentradas no setor terciário da economia explica atualmente que cerca de 2/3 dos trabalhadores encontram-se subordinados à lógica patronal nas atividades dos serviços de distribuição, de produção, sociais e pessoais.

Ao longo da década passada, por exemplo, quase 4/5 do total das ocupações geradas foram provenientes do setor terciário da economia brasileira. Como média anual, o país gerou 2,1 milhões de ocupações nos anos 2000.

Se considerado o nível de remuneração, percebe-se com base nas informações produzidas pelo IBGE que a maior parte das ocupações situou-se levemente acima do salário mínimo. Para ser mais preciso, 95% dos postos de trabalho com rendimento entre 1 e 2 salários mínimos mensais.

Diferentemente das ocupações associadas direta e indiretamente à indústria, berço constitutivo do novo sindicalismo e fonte de expressiva da densidade sindical, a terceirização das ocupações revela a novidade da generalização do trabalho de natureza imaterial. Desprovido, em geral, de concretude e tangibilidade, o trabalho nos serviços não resulta em produção materializada conforme observado pelo resultado do esforço físico e mental dos trabalhadores nas atividades dos setores primário (agricultura e pecuária) e secundário (manufatura e construção).

Nesses termos, as perspectivas laborais oriundas do movimento de recomposição das classes trabalhadoras neste início do século 21 pelo capitalismo brasileiro requererem maior reflexão acerca do potencial do desenvolvimento do sindicalismo. A evolução de sua densidade sindical, por exemplo, não pode deixar de reconhecer o papel do avanço dos novos métodos de organização do trabalho, cuja intensificação e extensão do tempo laboral resultam da crescente presença das novas tecnologias de informação e comunicação associadas ao exercício do trabalho imaterial.

A subjetividade presente nas práticas laborais expandidas pela gestão da mão de obra nas atividades de serviços potencializa o maior grau de alienação, na mesma medida em que ganha dimensão o deslocamento geracional entre novos e velhos segmentos etários de trabalhadores. A diminuição nos níveis hierárquicos no interior das unidades empresariais acompanhado das metas de produção e remunerações variáveis ampliou o véu que acoberta contradições mais visíveis no exercício do trabalho material.

Ademais disso, destaca-se também que a elevação da escolaridade entre os ocupados contribuiu para a difusão de novos anseios e expectativas entre trabalhadores. Assim, o sindicalismo se vê diante de novos e importantes desafios de compreensão e atuação frente à recomposição da classe trabalhadora no Brasil.

6. Considerações finais

Em cinco anos, mais precisamente entre 2006 e 2011, a taxa de sindicalização no Brasil permaneceu relativamente estável em relação ao total dos ocupados. Com mais de 13,4 milhões de novas ocupações geradas no período, os sindicatos conseguiram absorver o adicional de 2,8 milhões de afiliados adicionais.

Em síntese, a cada grupo de 10 novos trabalhadores ocupados no Brasil, dois terminaram se sindicalizando em suas entidades de categoria. Com isso, a taxa de sindicalização passou de 16,4% para 17% do total dos ocupados entre 2005 e 2011.

A trajetória da sindicalização no Brasil não foi, contudo, homogênea. Ela se diferenciou segundo as características tanto dos ocupados como dos postos de trabalho. A densidade sindical cresceu entre trabalhadores de origem indígenas, jovens, menores

escolarizados e remunerados e diminuiu entre os trabalhadores pardos, com mais idade, maior escolaridade e rendimento. Também entre os empregos privados assalariados e de funcionários públicos caiu a taxa de sindicalização, enquanto aumentou entre trabalhadores rurais, autônomos e não remunerados.

Comparativamente aos países selecionados, o comportamento da sindicalização dos trabalhadores brasileiros se distinguiu por não diminuir. Mesmo assim, ele mantém-se ainda abaixo da média da densidade sindical observada nos países ricos, salvo a situação nos Estados Unidos.

Em síntese, a densidade sindical deve refletir as alterações no interior da classe trabalhadora, especialmente em relação ao avanço das ocupações do setor terciário da economia. A emergência dos postos de trabalho em serviços expressa recomposição substancial na natureza do trabalho, especialmente aquele de base imaterial que termina por repercutir sobre a subjetividade do ocupado e seus anseios e perspectivas, talvez ainda não muito bem identificadas pelos sindicatos.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>